

SALVATORE SATTA

Professor Ordinário na Universidade de Roma

TRADUÇÃO E NOTAS DE RICARDO RODRIGUES GAMA

Direito Processual Civil

Volume I



Campinas/SP
2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Satta, Salvatore, 1902-1975.
Direito processual civil, v. 1 / Salvatore Satta; tradução e notas
de Ricardo Rodrigues Gama. – Campinas: LZN Editora, 2003.

Título original: Diritto processuale civile
Bibliografia.
ISBN 85-88387-53-0

1. Direito processual civil. I. Gama, Ricardo Rodrigues. II. Título

03-3359

CDU-347.9 (81)

Índices para catálogo sistemático

1. Brasil: Direito processual civil 347.9 (81)

Copyright © by LZN Informática e Editora Ltda.

Editoração Eletrônica e Capa
Equipe LZN

Revisão
Pedro Chimachi

Reservados a propriedade literária desta publicação e
todos os direitos para a língua portuguesa pela

LZN Informática e Editora Ltda.
Rua Quatorze Bis, 251 – Jardim Chapadão
Campinas/SP – CEP: 13070-040
Fone: (19) 3213.5533
www.lzn.com.br

Tradução e reprodução proibidas; total ou parcial.
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Sumário

Nota do Tradutor	1
Sétima Edição	3
Quinta Edição	11
Apresentação da Primeira Edição	23

Primeira Parte Disposições Gerais

Capítulo I

O Juiz	35
I. Dos órgãos judiciários	35
II. Normas gerais sobre a jurisdição	45
III. Normas gerais sobre a competência	56
IV. Determinação da competência	59
V. Modificações da competência em virtude de conexão .	76
VI. Regulamento de jurisdição e de competência	94
VII. Impedimento, rejeição, responsabilidade dos juízes	103

Capítulo II	
O Escrivão e o Oficial de Justiça os Auxiliares	111
Capítulo III	
Do Ministério Público	121
Capítulo IV	
As Partes e os Procuradores	135
I. As partes	135
II. Procuradores	150
III. Deveres e responsabilidades das partes e dos advogados	155
IV. Condenação ao pagamento das custas	160
Capítulo V	
Exercício da Ação	181
Capítulo VI	
Poderes do Juiz	233
Capítulo VII	
Atos Processuais	269
I. O processo	269
II. Formas dos atos processuais (atos de parte)	280
III. Provimentos	285
IV. Efeitos dos atos processuais (A coisa julgada)	289
V. Individuação dos atos processuais (interpretação) ...	301
VI. Comunicações e notificações	305
VII. Lugar e tempo dos atos processuais	310
VIII. Nulidade dos atos	315

Capítulo VIII

Norma Processual	329
I. Seu Caráter	329
II. Norma processual no tempo	332
III. Norma processual no espaço	334

Segunda Parte
Processo de Cognição

Seção I
Processo de Cognição em Primeiro Grau

Capítulo I

Cognição no Exercício da Função Jurisdicional	339
--	------------

Capítulo II

Estrutura Geral do Processo de Cognição	355
--	------------

Capítulo III

Ingresso em Juízo	361
--------------------------------	------------

Capítulo IV

Poderes do Juiz Instrutor	377
--	------------

Capítulo V

Trato da Causa no Juízo Instrutor	383
--	------------

Capítulo VI

Instrução Probatória	395
I. Princípios Gerais	395
II. Consulente técnico	400
III. Regras gerais acerca da assunção dos meios de prova	403

IV	Exibição da prova	406	
V	Prova Documental e sua Verificação	412	
VI	Confissão e Juramento	418	
VII	Prova Testemunhal	427	
Capítulo VII			
Interveniência e Reunião de Processos			433
I	Intercessão	433	
II	Reunião de processos	439	
Capítulo VIII			
Decisão da Causa			441
Capítulo IX			
Executabilidade e Notificação das Sentenças			457
Capítulo X			
Correção das Sentenças e Integração dos Provimentos			463
Capítulo XI			
Procedimento Quanto a Contumácia			469
Capítulo XII			
Suspensão e Extinção do Processo			475
Capítulo XIII			
Procedimento Frente ao Pretor e ao Conciliador			491
Capítulo XIV			
Controvérsias Individuais de Trabalho			495

SALVATORE SATTA

Professor Ordinário na Universidade de Roma

TRADUÇÃO E NOTAS DE RICARDO RODRIGUES GAMA

Direito Processual Civil

Volume II



Campinas/SP
2003

Min. Felix Fischer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Satta, Salvatore, 1902 - 1975.
Direito Processual Civil, v. 2 / Salvatore Satta; e notas de Ricardo
Rodrigues Gama. Campinas, SP: LZN Editora, 2003.

Título original: Diritto Processuale Civile Bibliografia.

1. Direito Processual Civil I. Gama, Ricardo Rodrigues. II. Título.
ISBN: 85-88387-53-0

03-3360

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil 347.9

Copyright © by LZN Informática e Editora Ltda.

Editoração Eletrônica e Capa
Equipe LZN

Reservados a propriedade literária desta publicação e
todos os direitos para a língua portuguesa pela

LZN Informática e Editora Ltda.
Rua Quatorze Bis, 251 - Jardim Chapadão
Campinas/SP - CEP: 13070-040
Fone: (19) 3213.5533
www.lzn.com.br

Tradução e reprodução proibidas; total ou parcial.
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Sumário

Capítulo II

Das Impugnações em Particular	1
260. Caráter geral do apelo.	1
261. Problema do segundo grau de juízo.	2
262. Apelabilidade das sentenças.	5
263. Decisões de equidade e a apelação.	6
264. Reserva de apelo.	7
265. Conteúdo do juízo de apelo.	9
266. Procedimento de apelo.	11
266. bis. Segue.	12
267. Intervenção em apelo.	13
268. Integração em apelo. Improcedibilidade.	14
269. O instrutor em apelo.	16
270. Novas demandas.	17
271. Demanda e exceções não repropostas.	23
272. Decisão colegial.	24
273. Coordenação entre os juízos de primeiro e segundo graus.	24

274. Remessa ao primeiro grau.	26
275. Reclamação contra as ordenanças.	28
275. bis. Irrecorribilidade do apelo declarado inadmissível ou improcedível.	30
276. Norma de reenvio.	30

Capítulo III

Das Impugnações em Particular	31
277. Origem e função da Cassação.	37
278. A Cassação face o atual ordenamento.	41
279. Recurso para Cassação.	43
280. Recurso no interesse da lei.	43
281. Sentenças impugnáveis.	44
282. Motivos de recurso em geral.	45
283. Juízos de fato e de direito.	46
284. Únicos fins de recurso. I. Motivos atinentes à jurisdição.	49
285. Questões novas.	56
286. Demais casos de recursos (sentenças de juízes especiais e conflitos).	57
287. Estrutura do recurso.	58
288. Contra-recurso.	60
288. Bis. Recurso incidental.	61
289. Instrução e cassação.	62
289- Bis. Suspensão da execução.	63
290. Provimentos da Cassação.	64

291. Juízes rescisórios da Cassação (giudicium rescissorium).	66
292. Cassação com reenvio e reenvio impróprio.	68
292- Bis. Expressão do princípio de direito.	69
293. Poder corretivo da Cassação.	71
294. Decisão sobre jurisdição, Inadmissibilidade.	73
295. Custas.	74
296. Diligências que se inferem à cassação.	74
297. Desistência do recurso.	75
298. Juízo rescisório.	76
299. Reassunção do juízo e extinção da ação.	77
299- Bis. Procedimento em tema rescisório.	79
 Capítulo IV	
Das Impugnações em Particular	85
300. Sua natureza.	85
301. Sentenças revogáveis.	86
302. Motivos de revogação.	87
303. Prazos.	91
304. Comportamento de revogação.	91
305. revogação a pedido do Ministério Público.	95
 Capítulo V	
Das Impugnações em Particular	97
306. Sua natureza jurídica.	97
307. Condições admissíveis na oposição.	101
308. Segue – a) A qualidade de terceiro.	101

309. Segue – b) Existência do direito.	102
309. Bis – Segue – c) Prejuízo.	102
310. sentença oponível.	104
311. Oposição revogatória.	105
312. Condições da oposição revogatória.	106
313. Procedimento.	107
314. Decisão da causa.	108

Terceira Parte Processo de Execução

Seção I Introdução à Execução Forçada

Capítulo I

Pressupostos Substanciais da Execução Forçada	113
315. A execução forçada no direito positivo.	113
316. Expropriação e execução específica.	114
317. Expropriação e crédito tutelado.	118
318. Ação executiva.	119
319. Concurso de credores.	120
320. Execução cível, penal, administrativa.	121

Capítulo II

Processo de Execução	123
321. A execução como processo.	123
322. Título executivo.	125
323. Vários títulos executivos.	129

324. Segue.....	131
325. Conteúdo do título.	131
326. Despacho em forma executiva.	133
327. Título executivo contra herdeiros.....	134

Capítulo III

b) Notificação do Título e o Preceito.	141
328. Relação entre a notificação, preceito e execução.	141
329. Notificação do título.	142
330. Natureza do preceito.	143
331. forma do preceito.	144
332. Prazo de eficácia.....	146
333. Prazo para cumprimento.....	147

Seção II

Expropriação Forçada

Capítulo I

Regras Gerais de Expropriação	149
334. Premissa sobre a sistemática do código.....	149
335. Meios de expropriação e seu cúmulo.	150
336. Juiz da execução e seus provimentos.....	151
337. Nomeação do juiz e formação dos autos.	153
337. bis. Notificações.	154
338. Objeto da expropriação.	154
339. Individualização dos bens.	158
340. Penhora como ato inicial de expropriação.....	159
341. Natureza e forma da penhora.	160

342. Eficácia da penhora em geral.	162
343. Eficácia da penhora em particular.	163
344. Concursos de ações executivas.	167
345. Conversão da penhora.	169
346. Pagamento ao oficial de justiça e substituição.	170
347. Redução da penhora.	171
348. Prazo da penhora.	171
349. Concurso.	172
350. Intervenção.	175
351. Problema econômico-jurídico da venda.	177
352. Regra do provimento de venda.	181
353. Efeitos da venda forçada.	181
354. Disciplina formal de venda.	188
355. Formas várias.	189
356. Efeitos da assinação.	189
357. Metas e formas de assinação.	190
358. Do rateio em geral.	191
359. Composição do produto de venda.	192
360. Forma de rateio.	193
361. Substituição de credor ao rateio.	193
362. Decisão das controvérsias.	194

Capítulo II

Expropriação Mobiliária Junto ao Devedor	197
363. Forma e metas da penhora direta.	197
364. Atuação da penhora.	198

365. Poderes do oficial de justiça.	200
366. Impenhorabilidade absoluta e relativa.	202
367. Penhora dos frutos.	205
368. Forma de penhora.	206
369. Custódia.	206
370. Reunião de penhoras. Penhoras consecutiva.	208
371. Concurso de credores e habilitação.	209
372. Nexos entre venda e assinação.	211
373. Procedimento de venda ou assinação.	212
374. Rateio amigável.	216
375. Rateio judicial.	216

Capítulo III

Expropriação em Relação a Terceiros	219
376. Objeto e metas.	219
377. Configuração.	221
378. Figura jurídica do terceiro.	222
379. Declaração de terceiro.	224
380. Declaração não cumprida.	225
381. Declaração contestada.	227
382. Juízo.	227
383. Créditos impenhoráveis.	229
384. Redução da penhora.	230
385. Pluralidade de penhoras.	231
386. Interveniência.	232
387. Prazo tempestivo para a participação.	232

388. O sistema da lei.	233
389. Adjudicação explicativa.	234
390. Efeitos da adjudicação.	236
391. Ordenança de adjudicação.	237

Capítulo IV

Expropriação Imobiliária	239
392. Forma e momento constitutivo da penhora.	239
392. Bis – Objeto da penhora.	240
393. Nulidade.	241
394. Custódia.	241
395. Casa mobiliada.	242
396. Limitação da penhora.	243
397. Prazo.	244
398. Concurso de ações executivas.	244
399. Concurso de direitos. Intervenção.	245
400. Instância de venda.	246
401. Autorização do juiz.	247
402. Venda sem leilão.	247
403. Ofertas.	248
404. Legitimação para a oferta.	249
405. Desenvolução da venda.	251
406. Conclusão da venda.	252
407. Prazo de venda sem leilão.	252
407. bis. Venda em Leilão.	253
408. Formas de leilão. Oferentes.	254

408. bis. Adjudicação e problema de transmissão.	255
409. Adjudicação para pessoa a nomear.	256
410. Aumento de um sexto.	257
411. Satisfação do preço.	258
412. Decreto de transmissão.	258
413. Inadimplência do adjudicatário e revenda.	259
414. Assinação (assegnazione).	260
415. Derradeiro êxito possível de expropriação.	262
416. Formação do esboço.	264
417. Aprovação e pagamento.	265

Capítulo V

Formas Especiais de Expropriação	267
418. Seu procedimento.	267
419. Penhora.	268
419. Bis. Conceito de bem indiviso.	269
420. Forma de penhora.	270
421. Conclusão da expropriação.	270
421. Bis. O problema.	271
422. Disciplina da expropriação.	272

Seção III

Execução em Temas de Retomada e Imissão de Posse e de Obrigações de Fazer ou de não Fazer

423. Premissa.	275
424. Formas de execução.	278
425. Provimentos temporâneos.	280

426. Metas da execução.	280
427. Figura da execução.	281
428. Restrições.	283

Seção IV Oposições

Capítulo I

Oposições do Devedor	285
429. Premissa.	285
430. Oposição à execução.	286
431. Metas da oposição.	287
432. Formas de oposição.	288
433. Processo de oposição.	289

Capítulo II

Oposição a Atos Executivos	295
434. Conceito e distinção de oposição à execução.	295
435. Forma de oposição.	296

Capítulo III

Embargos de Terceiro	299
436. Orientação sistemática.	299
437. Razão justificativa de oposição.	300
438. Oposição e execução direta.	301
439. Processo de oposição.	301
439. Bis – Restrições probatórias.	303

Seção V Suspensão e Extinção do Processo

Capítulo I

A Suspensão	307
440. Seu fundamento.	307
441. Regra da suspensão.	308
442. Reassunção do processo suspenso.	310
443. Suspensão e eficácia da penhora.	310

Capítulo II

Extinção do Processo	315
444. Sistema da lei.	315
445. Renúncia às ações.	315
446. Inércia das partes.	316
447. Eficácia da extinção.	317
448. Prestação de contas do custódio. ...	318

Quarta Parte Procedimentos Especiais

449. Premissa.	323
450. Procedimentos sumários.	324

Capítulo I

Ação Monitória ou Procedimento de Injunção	327
451. Caracteres gerais.	327
452. Condições de admissibilidade.	329
453. Processamento:	333

454. Segue:	334
455. Segue:	334
455. Bis. Procedimento de oposição.	337
456. Fins da oposição. (Êxito).	339
457. Impugnação revogatória.	341

Capítulo II

Ações Locatícias	345
------------------------	-----

458. Sua natureza.	345
459. 1) Licença por finda a locação.	346
460. 2) O despejo ordinário não revela no processo peculiares características respeito à licença.	347
461. Fases de comportamento e de procedência.	349
462. Oposição. Competência.	351
463. Outras hipóteses de validação.	352

Capítulo III

Procedimentos Cautelares	355
--------------------------------	-----

464. Premissa sistemática.	355
465. Autonomia da tutela cautelar.	356
466. Seqüestro judiciário e conservativo.	357
467. Estrutura do procedimento cautelar.	359
468. Provimento cautelar e suas condições.	359
469. Caução.	362
470. Execução do seqüestro.	363
471. Juízo de validação.	365
472. Ineficácia do seqüestro.	367

473. Conversão do seqüestro.	367
474. Seqüestro e penhora.	367
475. Formas especiais de seqüestro.	368
476. Natureza do procedimento.	373
477. Estrutura do processo.	375
478. Sanções.	376
479. Sua natureza e conteúdo.	379
480. Comportamento.	382
481. Fundamento. Processo.	383
482. Proteção possessória.	385
483. Competência.	386
484. Relações do petitório com o juízo.	386

Capítulo IV

Comportamentos em Matéria de Jurisdição Voluntária	391
485. Natureza da jurisdição voluntária.	391
486. procedimentos na câmara de conciliação.	396
487. Estrutura dos procedimentos.	397
488. Eficácia do decreto.	399
489. Decreto e direitos de terceiros.	401
490. Indicação dos procedimentos.	404
491. a) Separação pessoal dos cônjuges.	405
492. b) Interdição e inabilitação.	409
493. Impugnação da sentença.	416
494. c) Ausência.	417
495. d) Disposições relativas aos menores etc.	418

496. e) Relações patrimoniais entre cônjuges.	418
497. f) Abertura de sucessões.	419
498. g) Aposição e remoção de sigilo.	419
499. h) Inventário.	420
500. i) Herança jacente.	421
501. benefício de inventário.	421

Capítulo V

Procedimento de Atuação de D ireitos Potestativos	441
502. Natureza dos mesmos.	441
503. Processo de partilha.	443
504. Prossecução do procedimento.	444
505. Litisconsórcio na divisão.	444
506. Liberação dos imóveis sob hipoteca.	445
507. Certidão e conferência de atos públicos.	446

Capítulo VI

Procedimento de D eliberação das Sentenças Estrangeiras	447
508. Natureza das normas sobre a deliberação.	447
509. Função de deliberação.	448
510. D eliberação incidental.	450
511. Condições da deliberação.	452
512. Reexame do mérito.	453
513. Formas do juízo.	454
514. Laudos estrangeiros.	455
515. Provimentos de jurisdição voluntária.	456
516. Assunção de provas.	458

517. Atos contratuais.	458
Capítulo VII	
Juízo Arbitral	461
518. Arbitral e jurisdição.	461
519. Juízo arbitral formal e irritual.	462
520. Natureza da arbitragem.	464
521. Sua natureza.	466
522. Nomeação dos árbitros.	467
523. Designação; seu procedimento.	467
524. Vínculo arbitral.	468
525. Regras.	470
526. Remédios cautelares.	471
527. Metas do juízo.	471
528. Prazo de pronúnciação.	472
529. Critérios decisórios.	473
530. Formação do laudo.	474
531. Homologação.	474
532. Impugnações por nulidade.	475
533. Motivos de nulidade.	476
534. Juízo de mérito.	478
535. Revogação.	478